

O fomento da etnicidade teuto-brasileira por parte do Estado alemão recém-unificado

Fernando Diehl

<https://orcid.org/0000-0001-5512-9467>

fernandodiehl89@gmail.com

Resumo

Este artigo visa analisar o fomento da etnicidade teuto-brasileira pelo Estado alemão recém-unificado, utilizando o conceito proposto por Fredrik Barth, especificamente o nível analítico macro. Esse nível busca compreender as políticas estatais, incluindo a burocracia e as leis que distribuem direitos e proibições conforme critérios formais, além do uso da força do Estado. O artigo focaliza a articulação entre o Estado alemão recém-unificado e as igrejas evangélicas alemãs para promover a etnicidade germânica entre a população emigrante luterana no Rio Grande do Sul. Como metodologia, empregou-se a coleta de documentos e a análise de conteúdo desses escritos. As ações de promoção da germanidade entre os emigrantes no Sul do Brasil tinham como objetivo formar um mercado estrangeiro para o jovem Estado alemão recém-unificado.

Palavras-chave: Etnicidade; Pangermanismo; Emigração alemã; Lei de emigração.

The recently unified german State's promotion of german-brazilian ethnicity

Abstract

This article aims to analyze the promotion of German-Brazilian ethnicity by the recently unified German State, using the concept of ethnicity proposed by Fredrik Barth, specifically the macro-analytical level. This level examines State policies, including bureaucracy and laws that distribute rights and prohibitions according to formal criteria, as well as the use of State violence. The article focuses on the collaboration between the unified German State and the German evangelical churches to foster Germanic ethnicity among the Lutheran emigrant population in Rio Grande do Sul. As a methodology, document collection and content analysis of such writings

were employed. The promotion and actions in favor of German identity (germanity) among emigrants in Southern Brazil aimed to establish a foreign market for the young, recently unified German state.

Keywords: Ethnicity; Pangermanism; German emigration; Emigration law.

Introdução

Este artigo aborda o conceito de etnicidade proposto por Fredrik Barth, mais especificamente a dimensão analítica macro (Barth, 2003). Tal nível, como o nome sugere, refere-se às macrorrelações, isto é, à ação do Estado ou de organizações em prol da etnicidade. Para isso, utilizará como objeto de análise a imigração luterana alemã para o Rio Grande do Sul. Com isso, verificará a ação do Estado alemão recém-unificado e a ação de igrejas evangélicas alemãs para com os emigrantes.

Cabe salientar que, em grande parte, a promoção e as ações em prol de uma germanidade para com os emigrantes tinham como objetivo a formação de um mercado estrangeiro para o jovem Estado alemão, recentemente unificado. O projeto pangermanista organizado pelo Estado alemão também foi encabeçado por organizações das Igrejas Evangélicas Alemãs, as quais investiram no envio de pregadores e professores para o auxílio aos alemães e seus descendentes no Brasil – até então praticamente desassistidos –, assim como por parte de intelectuais entusiastas do ideal pangermânico. O interesse da Alemanha para com os alemães no exterior começou a ganhar relevância a partir de 1864 dentro dos círculos pangermanistas e intensificou-se anos após a Unificação da Alemanha (1871), especialmente quando Bismarck deixou o cargo de chanceler (1890).

Metodologia

Como metodologia, para este artigo, foi utilizada a coleta de documentos em escritos de historiadores e pastores que abordaram o contexto de desenvolvimento do Sínodo Riograndense, bem como projetos de leis do contexto histórico verificado neste artigo. Para isso, foi realizada uma análise de conteúdo de tais escritos. A coleta e análise destes documentos ocorreram de forma sistemática; a partir das leituras, realizou-se uma seleção daquelas que se adequavam ao tema proposto.

Referencial teórico

Fredrik Barth¹ constata que a pesquisa que visa analisar a etnicidade de grupos deve ser organizada e categorizada em processos analíticos distintos. O autor os separa em três níveis: micro, médio e macro (Barth, 2003), distinguindo-os apenas para que o fenômeno possa ser melhor compreendido e analisado no contexto pesquisado; ou seja, essa divisão é meramente analítica e os três níveis encontram-se em interdependência.

¹ Ao reformular o conceito de Etnicidade, proposto pela primeira vez no artigo “*Grupos Étnicos e suas Fronteiras*” (BARTH, 2011).

O nível micro visa modelar os processos subjetivos que produzem a experiência e a formação de identidades, analisando as pessoas e suas interações com os outros. Esse nível busca verificar as experiências resultantes da aceitação ou rejeição de símbolos de pertencimento étnico, assim como as relações sociais cotidianas. Tais símbolos formam a consciência que a pessoa tem de sua identidade étnica. É o nível analítico mais utilizado na maioria das pesquisas, pois visa compreender e analisar as identidades individuais, assim como os aspectos subjetivos dos atores.

O nível analítico médio pretende verificar os processos que criam a comunidade e que mobilizam grupos para diversos propósitos, utilizando-se de vários meios. É nesse nível que se desenvolve a articulação dos indivíduos com o coletivo étnico, permitindo perceber o movimento desses grupos e suas fronteiras em ação. Nesse sentido, cada coletividade possui uma dinâmica particular de reprodução grupal. Barth afirma que, no nível analítico médio:

os processos intervêm para forçar e constringer a expressão e a atividade das pessoas no nível micro; são impostos pacotes negociáveis ou escolhas binárias, e são formados muitos aspectos das fronteiras e dicotomias da etnicidade. Muitas das análises fazem apenas referências ad hoc a esse nível de contextos e constrangimentos, em vez de modelá-los sistematicamente, tendendo, portanto, a obscurecer os pressupostos acerca da agência e da estrutura nos quais essas análises e interpretações se baseiam (Barth, 2003, p. 31).

Esse nível analítico busca compreender os processos que criam e mantêm a comunidade, articulando os indivíduos como grupo e mobilizando-os. Ele é importante para analisar a ação política dos grupos étnicos.

Por fim, o nível analítico macro busca compreender as políticas estatais, isto é, a burocracia e leis que distribuem direitos e proibições de acordo com critérios formais, mas também o uso da força do Estado. É no nível macro que devem ser analisados os aspectos do nacionalismo e do confronto com minorias étnicas que “não são assimiladas”, visto que, muitas vezes, as ideias de nacionalismo exacerbado subjuguem sutilmente algumas das etnicidades presentes em grupos minoritários, em especial os imigrantes. Há, neste nível analítico, o interesse em analisar o processo de controle e a manipulação da informação e do discurso público por parte dos Estados, assim como discursos globais de muitas organizações transnacionais, como ONGs e outras instituições (Barth, 2003). O antropólogo alega que este é o nível analítico menos utilizado nas pesquisas. Portanto, destaca-se que será utilizado este nível neste artigo ao tratar dos projetos de Estado do Império alemão recém-formado para com seus emigrantes em colônias ultramarinas, assim como das ações das instituições luteranas alemãs em prol dos emigrantes alemães.

Acerca da esfera religiosa para a compreensão do fenômeno da imigração, destacamos que, atualmente, embora a religião não detenha o mesmo monopólio da coesão social como outrora, as chamadas igrejas históricas têm se revelado como importantes instituições de integração social de indivíduos imigrantes. Esta associação ocorre nos mais diversos níveis: econômico, cultural, linguístico, cívico, afetivo, étnico e, obviamente, religioso (Vilaça, 2008). Para Steve Fenton, a religião e a etnicidade transitam em um mesmo espaço (Fenton, 2003), isto é, possuem símbolos criadores do sentimento de pertencimento do grupo étnico, podendo ambas se articularem se o contexto social for propício. Para muitos dos indivíduos de um grupo de imigrantes, as igrejas se tornam o espaço primordial de sociabilidade; nelas, os imigrantes constituem vínculos e formam redes de comunicação com pessoas neste novo espaço, que, em sua maioria, são do mesmo grupo étnico. A religião, quando relacionada com a etnia, reforça o vínculo entre os imigrantes, pois todos passam a partilhar o sentimento de terem uma mesma origem em comum. Portanto, neste caso, a religião e a etnicidade estão inter-relacionadas;

ambas afloram o sentimento de pertencimento ao grupo étnico, e é esta mútua relação entre etnia e religiosidade que esta tese analisa para compreender a etnicidade teuto-brasileira.

Igrejas de imigração

Compreende-se então um dos aspectos que surgem da ação das chamadas igrejas “de imigração”, termo este que pode designar uma igreja histórica, como a luterana para os alemães, ao menos em seu primórdio. Este aspecto é, na dimensão do vínculo social, criado a partir das atividades eclesiais. Busca-se com isso analisar se as comunidades religiosas, ao recriarem a cultura de origem no local de destino, acabam “fechando-se” em si mesmas, constituindo guetos simbólicos, ou se tentam uma integração na sociedade de destino, seja a partir da dimensão política, econômica ou cultural (Vilaça, 2008). No caso do objeto desta tese, é preciso compreender que, entre os luteranos, faz pouco tempo que a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) retirou o atributo de ser uma igreja étnica de imigração (Wirth, 1998; Vilaça, 2008) em suas origens (Spirandelli, 2013; Silva Alves, 2009; Huff Júnior, 2005). É claro que isso não significa que anteriormente apenas os teuto-brasileiros fossem membros da Igreja Luterana (Witt, 1994), mas os demais grupos étnicos eram uma minoria, muitas vezes constituída por cônjuges de teuto-brasileiros ou teuto-brasileiras.

Analisar a etnicidade a partir do viés religioso pode auxiliar na compreensão da constituição das fronteiras étnicas, visto que demonstra diferenças inerentes no próprio grupo e como este articula tais diferenças, pois em um mesmo grupo étnico podem surgir determinados signos de identificação de forma diversa. No que tange à esfera religiosa, Wirth (1998) apresenta que se deve analisar cada caso específico, em decorrência da importância e dos significados diversos que os grupos étnicos atribuem à religião. É preciso ter em mente que, embora o binômio religião/eticidade possa ser dissociado do ponto de vista analítico, os dois conceitos incorporam aspectos que fazem parte de uma mesma realidade. Se por um lado a religião remete a um sistema que possui como referência o sagrado e/ou a transcendência, por outro lado, carrega um elo moral e ético da existência humana. A etnicidade refere-se a uma articulação social da ancestralidade, seja ela real ou imaginada (Vilaça, 2008). Neste sentido, tanto a etnicidade quanto a religião possuem um código em comum que articula a vida comunitária dos grupos étnicos; são dois elementos interligados.

Nacionalismo europeu do século XIX e o projeto pangermanista

O século XIX foi o apogeu do ideal nacionalista entre os estados europeus. Na segunda metade do século XIX, a ideia de alemão foi adquirindo cada vez mais uma dupla condição: “imperial-universal” e “nacional-particular” (Anderson, 2008); construía-se assim o ideal imperialista do Estado alemão. Entre os novos fluxos² de imigrantes alemães que chegavam ao Novo Mundo, foi sendo semeada entre colonos alemães no Brasil a ideia do pangermanismo. Este era fruto das políticas da Liga Pangermânica; tais ideias fomentavam o projeto de formação de um nacionalismo étnico germânico (Santana, 2009). O pangermanismo era um modelo nacionalista que buscava a união e formação de um Estado dos povos germânicos da Europa Central,

² Como os Brummer.

assim como o fomento da *kultur* étnica e nacionalista. Esta ideia, que se direcionava para um espaço geográfico específico, foi sendo ressignificada até surgir uma vertente deste pensamento que evocava um sentimento para além dos territórios germânicos europeus, explorando também uma dimensão ultramarina. Pois, segundo este setor dentre os pangermanistas, os alemães nas colônias seriam a essência primitiva da *Deutschtum*³, não estariam infectados pelo germe da modernidade. Estes alemães “primitivos” manifestariam, assim, a *Deutschtum* em sua forma mais pura. Remetendo ao pensamento de Simmel (2010), que buscava apreender as formas sociais em sua expressão mais originária, neste sentido, para um setor, a unificação pangermânica não estava apenas na Europa Central, mas espalhada pelo mundo, onde os povos germânicos estivessem. Por isso a dupla condição “imperial-universal” e “nacional-particular”. Cabe ressaltar que o próprio Brasil não era a primeira escolha do Estado alemão e acabou sendo a opção que restava, já que os alemães nos Estados Unidos estavam “perdidos” para a Alemanha e a África não tinha o “clima adequado” para o cultivo da germanidade.

Para alguns alemães pangermanistas, o distanciamento dos colonos estaria apagando a *Deutschtum* deles no Novo Mundo, pois eles estariam se abrasileirando; aqueles alegavam esta ideia a partir do caso da assimilação dos alemães que haviam emigrado para os Estados Unidos. Logo, era função patriótica iluminar os colonos emigrantes para lembrarem as glórias da Pátria Mãe; para isso investiram no espírito, na *kultur*, e conseguiriam fomentar um mercado alemão. Neste contexto, em 1878, “Karl von Koseritz escreveu um livro de viagem com o objetivo de recrutar imigrantes pobres, trabalhadores e ordeiros para as colônias de São Leopoldo e também atrair investimentos estrangeiros para a região” (Biehl, 1999, p. 164). Como havia um grande número de pessoas consideradas indesejadas, a emigração seria outro benefício para o Estado alemão. A elite nas colônias buscava desenvolver virtudes supostamente germânicas e estas enalteceriam as comunidades teuto-brasileiras. Este sentimento de pangermanismo ultramar é algo que foi sendo construído paulatinamente.

Nas colônias, os imigrantes, em especial a elite em formação, constituíram estratégias para a manutenção de sua identidade étnica (Ennes, 2001; Cordeiro Freire, 2009; Mello, 2012; Cavalcanti; Cunha *et al.*, 2007). Entre uma dessas estratégias estava o fomento da manutenção da língua alemã entre seus descendentes, assim como a criação de clubes étnicos e escolas étnicas⁴. A “elite” Brummer que chegou ao Brasil buscou unificar a língua entre os alemães, estimulando-os a utilizarem o alemão padrão e não dialetos. Isto poderia ser um fator de unificação entre os colonos, separados em pequenos grupos étnicos independentes. “Um povo que fora desalojado de sua pátria de origem por razões econômicas, trasladado para uma terra onde a religião era professada de forma diferente, fazia da língua o grande vínculo de identificação” (Radünz, 2010, p. 5); por isso, nas colônias, a língua alemã era a língua falada no armazém, na oficina, na escola e, principalmente, na igreja. O governo alemão e as instituições alemãs promoveram o cultivo da língua alemã a partir do envio de livros didáticos alemães, assim como da emigração de professores. Isso demonstra uma forma pela qual a mobilização do grupo étnico em fomentar a etnicidade era realizada (Fenton, 2003; Barth, 2003).

³ Germanidade.

⁴ Ainda hoje, há teuto-brasileiros que permanecem falando a língua alemã (Fritzen, Ewald, 2013) cotidianamente, principalmente em regiões que outrora foram colônias.

Os teuto-brasileiros

Os teuto-brasileiros são os descendentes de alemães que nasceram no Brasil; eles acreditavam que a sua identidade étnica suplantava a nacionalidade brasileira. Somado a isso, o sistema jurídico da Alemanha, baseado na ideia de *jus sanguinis*, isto é, “origem sanguínea”, auxiliava na ideia de os teuto-brasileiros serem “alemães” e brasileiros ao mesmo tempo. Por esse critério de *jus sanguinis*, “todo aquele que fosse filho de alemães era também alemão e, como tal, deveria cultivar sua cultura e sua língua, independentemente do país onde houvesse nascido” (ALVES, 2006, p. 105). Este sentimento de origem sanguínea fez com que os setores pangermanistas pudessem estimular os colonos descendentes dos imigrantes alemães nas colônias.

A Alemanha, enquanto nação recém-unificada, buscava se legitimar entre as potências europeias no contexto das relações internacionais da época, cujo paradigma era de nações expansionistas. Neste sentido, havia um anseio na constituição de colônias, como muitos dos estados europeus tinham. O Império alemão o realizou primeiramente na África, mas essas colônias serviriam ao propósito de exploração, visto que a questão climática para a manutenção da germanidade havia sido levantada; logo, nas colônias africanas não poderia florescer uma germanidade. Já as das regiões do Cone Sul da América seriam para a instrumentalização da germanidade ultramarina. Como o Estado brasileiro já havia organizado um programa de colonização de “alemães”, bastava ao Estado alemão fomentar a *kultur* entre estes colonos.

O projeto ultramar

Antes da Unificação da Alemanha, o interesse pelo acompanhamento dos alemães emigrados foi formulado pela primeira vez em Langenberg, em 1837. Wilhelm Colmann, membro de um círculo piedoso, sugeriu fundar a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte. Em 1841, recebeu, por parte do rei da Prússia, os direitos de uma corporação privilegiada (DREHER, 2003). Martin Dreher escreve que Emílio Willems constatou que, até 1850, a opinião pública alemã quase nada sabia acerca dos “alemães” no Brasil.

Mesmo após a Unificação e criação do Estado alemão, em um primeiro momento houve pouca importância para com os emigrantes. É conhecida a sentença de Bismarck: “Um alemão que despe sua pátria como um velho casaco não é mais um alemão para mim, não tenho mais interesses de compatriota em relação a ele”. Conhecida é também sua decisiva intervenção contra a emigração” (Dreher, 2003, p. 42). Foi somente após a queda de Bismarck que o rescrito que desestimulava a emigração de alemães para o Brasil foi eliminado, em 1896, “aí já com interesses imperialistas” (Dreher, 2014a, p. 162). O período de Bismarck iniciou com sua nomeação como chanceler em 21 de março de 1871 e perdurou até 18 de março de 1890, por divergências com o kaiser Guilherme II. No que tange à questão da emigração na Alemanha do período de Bismarck,

O rescrito de v. d. Heydt de 1850 (sic)⁵ vigorava ainda. Este decreto dificultara, em muito, a emigração para o Brasil. O quanto este rescrito influenciou na corrente emigratória pode ser avaliado pelo grande aumento do número de emigrantes para a América do Norte. Entre os anos de 1860 e 1874, emigraram 784.111 pessoas para lá. Quão diferente teria sido o desenvolvimento das colônias alemãs daqui, caso uma parte ao menos desse fluxo migratório tivesse sido canalizada para o nosso país (Amstad, 2005, p. 541).

⁵ Na verdade, o rescrito de Heydt foi promulgado em 1859 e não em 1850 como consta na obra de Amstad. Aquele proibia a propaganda em prol da imigração de “alemães” para o Brasil. Isto ocorreu devido aos maus tratos que os colonos alemães sofriam em São Paulo. O decreto só foi revogado em 1896, 25 anos após a unificação da Alemanha.

Em meados do século XIX, o Brasil era considerado na Europa como um local perigoso de destino para emigração, muito proveniente da exploração dos fazendeiros de café em São Paulo e também da exploração por parte de alguns colonizadores, isto é, os financiadores de colonização privada. Houve tantas queixas que o governo da Prússia publicou o rescrito de von der Heydt em 3 de novembro de 1859, o qual proibia “o recrutamento de emigrantes para a América do Sul. Mesmo que a emigração para a América do Sul não tenha cessado por completo, houve redução considerável” (Dreher, 2014a, p. 162). Karl von Koseritz e outras pessoas que se preocupavam com a manutenção da cultura alemã no Brasil se voltaram contra o rescrito e pressionaram para que ele fosse revogado; o mesmo só ocorreu em 1896.

Após a queda de Bismarck, em 1890, intensificou-se a política de preservação da germanidade em terras estrangeiras. Ou seja, a partir da revogação de uma lei, o Estado alemão pôde desenvolver a sua política de fomento da etnicidade em terras estrangeiras. Com isso, organizar o processo de controle e a mobilização da etnicidade com projetos, leis e ações nas colônias, isto é, o nível analítico macro da etnicidade proposto por Barth (Barth, 2003).

O Ministério de Relações Exteriores da Alemanha manifestou um maior interesse pelos descendentes dos imigrantes alemães do Brasil. Consequentemente, os representantes do Reino Alemão receberam instruções para visitar as colônias alemãs e para participarem ativamente na vida pública. “Tais medidas tinham em mente interesses de ordem econômica. Ao lado destas medidas, devemos considerar também a tentativa malograda de desviar para o Brasil a emigração alemã que se dirigia aos EEUU” (Dreher, 2003, p. 43). Após isso é que se começou a desenvolver uma política de preservação da germanidade mais ativa. Procurava-se garantir um mercado para a Alemanha enquanto se combatia o processo de assimilação por meio de políticas de preservação da germanidade. “Pretendia-se alcançar esta meta através de quatro caminhos: a imprensa alemã, a escola alemã, as congregações e igrejas de fala teuta e a marinha alemã” (Dreher, 2003, p. 43). É no final do século XIX que as políticas em prol da germanidade no Sul do Brasil se intensificaram, tendo o seu apogeu no século XX até a Primeira Guerra Mundial. Isto pode ser visto no escrito de Alfred Funke, teólogo e pastor que atuou no Brasil e realizou um levantamento acerca da região Sul do Brasil (Funke, 1902). Funke conclui na obra *Die Besiedlung des östlichen Südamerika mit besonderer Berücksichtigung des Deutschtums*⁶ que, se um dia o Rio Grande se tornar independente, há certeza, no entanto, de que “o Brasil nunca será capaz de integrar os alemães, da mesma maneira não conseguirá germanizar os brasileiros” (Funke, 1902, p. 48, tradução livre), sendo assim a oportunidade perfeita para o Estado alemão. O jornal *Grenzbote* publicou em 1903: “Devemos a qualquer custo instituir nos próximos cem anos, um país germânico com 20 ou 30 milhões de alemães no Sul do Brasil, ou que forme um Estado independente, ou que venha a ter relações mais íntimas com o Império Germânico” (Grosselli, 2008, p. 443).

Nesta mesma época, começa a surgir mais verbas para as comunidades alemãs no Brasil, especialmente para as “escolas étnicas”, mantidas pelas próprias colônias. Com isso, as ações da marinha alemã no Sul do Brasil surtiram efeitos contrários, pois começaram a trazer uma desconfiança contra as colônias alemãs do Sul por parte do governo brasileiro. A política de preservação da germanidade, principiada pelo Reino Alemão, pode ser resumida com as seguintes palavras: “Os comerciantes alemães no Brasil e os colonos, no Sul do país, tiveram que pagar – para variar uma palavra de Bismarck – as janelas que os ‘pseudopatriotas’ pangermanistas haviam quebrado com suas utopias desmedidas” (Dreher, 2003, p. 45).

⁶ A colonização do leste da América do Sul com especial consideração à germanidade, tradução livre.

Mas nem todos os círculos políticos partilhavam do pensamento de Bismarck. Durante o seu governo, havia setores que acreditavam em uma separação da região Sul do Brasil e a formação de um Estado alemão no território brasileiro, ideia essa que daria origem a teorias conspiratórias de *Perigo Alemão!* (Gertz, 2013; 2015; Bahia, 2002; Mombach, 2012; Vogt, 2007), que seriam resgatadas no decorrer da Primeira Guerra Mundial e em especial durante a Segunda Guerra Mundial e até hoje vinculada, nas quais Hitler supostamente teria planos de conquistar a América a partir das colônias alemãs no Sul do Brasil. Para aquele grupo, as revoltas do início da República brasileira pareciam dar-lhes esperanças: “esperava-se que os descendentes de alemães participassem ativamente das revoluções e que, após a separação das províncias meridionais do Brasil, surgisse ali uma supremacia teuta” (Dreher, 2003, p. 45). Devido ao crescente poderio econômico da Alemanha, surgiu no Brasil um temor acerca de uma possível expansão imperialista alemã em direção ao Brasil.

Se alguns círculos pangermanistas romantizavam e exageravam ainda mais na possibilidade de formar um Estado alemão no Sul do Brasil, outros círculos rejeitavam expressamente esta ideia. Friedrich Fabri (1879), presidente do Comitê Evangélico para os Alemães Protestantes na América, defendia uma estratégia de, em primeiro lugar, evitar a emigração em massa para os Estados Unidos, pois lá os alemães eram rapidamente assimilados e americanizados, contribuindo para o fortalecimento daquele país e não da Alemanha, tornando-se assim concorrentes da própria Alemanha. “O que já valera à Alemanha o epíteto ridicularizante de ‘vaca leiteira da América do Norte’. A direção a ser dada à emigração, segundo Fabri, era o continente sul-americano, especialmente o Sul do Brasil” (Witt, 1996, p. 23). Fabri argumentava que a região era pouco povoada e poderia aumentar a população e, em especial, as condições climáticas eram excelentes para a “manutenção da cultura”, e especialmente para os produtos da agricultura europeia. Outro fator importante é que boa parte do comércio da região já estava em mãos de emigrantes alemães. “Além do mais, na região Sul do Brasil não vigoravam os contratos de parceria, como em São Paulo. No Sul, o colono logo se tornava proprietário. Por conseguinte, ali estavam dadas condições ideais para o desenvolvimento de uma colonização alemã que mantivesse estreitos vínculos, sobretudo comerciais, com a Alemanha” (Witt, 1996).

A anexação da região Sul do Brasil ou a constituição da mesma como um Estado independente alemão seria inviável sem a realização de conflitos armados, algo que era descartado por Fabri. Por isso, “seria preciso investir na preservação da germanidade daqueles que se dirigissem ao continente sul-americano, bem como dos que já estavam lá” (Witt, 1996, p. 23). Com isso, a organização de políticas do Estado alemão e o incentivo das Igrejas Evangélicas Alemãs, assim como investimento nas escolas étnicas e a imprensa étnica nas colônias, seriam instrumentos de promoção e preservação da germanidade.

A Lei de Emigração

Neste contexto, após a queda de Bismarck e a busca por incentivar a emigração para a América do Sul e constituir um mercado internacional, surge a “Lei da Emigração”⁷ de 9 de junho de 1897. Ela buscou assegurar aos emigrantes uma garantia que os de outrora, “os perdidos para a Alemanha”, não tiveram. Percebe-se na primeira parte da Lei: no parágrafo 1º consta que qualquer pessoa que deseje transportar emigrantes para países não alemães precisa de permissão para fazê-lo; esta é concedida pelo chanceler.

⁷ Disponível em: https://de.wikisource.org/wiki/Gesetz_%C3%BCber_das_Auswanderungswesen. Acesso em: 30/05/2019.

Para auxiliar ao Chanceler nesta área da emigração, a Lei constituía a formação de um conselho especializado no tema, sendo composto por um presidente e, pelo menos, catorze membros. No parágrafo 38, o imperador nomeia o presidente. Os membros são eleitos pelo Conselho Federal. Todos os membros são reeleitos a cada dois anos. Este conselho “deve ser ouvido antes que a permissão seja concedida para empresas que envolvam o estabelecimento de uma determinada área em países estrangeiros e no caso de uma restrição ou revogação da permissão concedida a um empresário” (Alemanha, 1897, parágrafo 39, tradução nossa). Entusiastas das ideias pangermanistas ultramarinas ou empresários de mercadorias que poderiam ser exportadas, e que fossem membros do conselho, provavelmente influenciariam na escolha dos locais mais apropriados para a emigração.

Ações eclesiais em prol da germanidade ultramar

No que tange à questão das ações eclesiais em prol dos alemães protestantes e seus descendentes em solo brasileiro, foi a partir do final da década de 1850 que se começou a relacionar “germanidade” e evangelho no Brasil. Os auxílios por parte da Igreja Evangélica Alemã, principalmente a partir de algumas de suas instituições, também existiam pouco antes da unificação do Estado alemão, mas não eram inexistentes. A Missão de Basiléia e o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim começaram a enviar pastores para o Brasil a partir de 1857.

Mas em 1831 já havia sido feita uma doação para São Leopoldo; todavia, ainda era algo esporádico. Apenas em 1853 a Associação Gustavo Adolfo fez a sua primeira doação, destinada aos evangélicos de São Leopoldo. Ambas, ao que indica, não tinham fins de promoção da etnicidade. Em 1863, esta realizou uma segunda doação, desta vez para a comunidade de Santa Isabel, em Santa Catarina (Dreher, 2003). Nos primeiros quarenta anos de imigração alemã para o Rio Grande do Sul, havia apenas 18 pastores com formação teológica nas congregações. Mas, entre os anos de 1864 e 1886, esse número elevou-se para 69. Esse crescimento deve-se à atividade do “Ministro Plenipotenciário suíço von Tschudi e ao envio de Borchard. Antes de sua partida para o Brasil, Borchard manteve contatos com o inspetor da Sociedade Missionária da Renânia, Friedrich Fabri, movendo-o a criar um comitê que apoiasse seu trabalho” (Dreher, 2003, p. 68). Devido à articulação desse comitê, foi possível enviar ao Brasil, de 1865 a 1886, 19 missionários formados em Barmen (Dreher, 2003). O comitê também enviaria ao Brasil outros pastores com formação acadêmica. Na década de 1860, o embaixador suíço Johann Jakob von Tschudi estimulou a Sociedade Missionária da Basiléia a enviar missionários para o Brasil. Outras organizações seguiriam este exemplo, entre elas, a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, a Sociedade Gustavo Adolfo e o Conselho Superior Eclesiástico da Igreja Evangélica da Prússia. “A partir de 1897, a ‘Associação da Caixa de Deus’ (Gotteskasten), uma entidade de características luteranas confessionais, mais tarde denominada de ‘Federação Martim Lutero’, também iniciaria suas atividades no Brasil” (Dreher, 2003, p. 17). Pode-se considerar que os auxílios, em um primeiro momento, não tinham como finalidade uma acentuação ou preservação da germanidade dos emigrados. Cabe destacar que o primeiro auxílio em grande escala não veio da Alemanha, mas da Suíça (Dreher, 2003).

Os trabalhos que visavam “resgatar” os alemães na América do Sul partem da iniciativa de pessoas como Friedrich Fabri, um importante ideólogo pangermanista, e da ação de pastores como Hermann Borchard, entusiasta da germanidade no Rio Grande do Sul (que emigrou para a região), e posteriormente de Wilhelm Rotermund, fundador do Sínodo Riograndense.

A Sociedade Missionária da Renânia, segundo Wilhelm Rotermund na obra *Contribuições para a história da Igreja Evangélica Alemã no Brasil*, publicada originalmente no *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*, em 1919:

Não podia incluir o trabalho entre os alemães protestantes no Brasil em seu programa, pois fora fundada para cristianizar povos pagãos. Ofereceu-se, porém, a de quando em vez, desde que as necessidades em seus campos de missão o permitissem, ceder jovens formados na Casa de Missão para serem pregadores no Brasil e missionários que não podiam permanecer em seus campos de trabalho em razão de sua saúde, desde que ainda capazes, para atuarem no clima mais saudável do sul do Brasil. Não podia, porém, assumir os custos e despesas que esse novo trabalho estava a exigir. Por isso, o D. Fabri formou, em Barmen, o “Comitê para os Alemães Protestantes no Brasil” que tinha a finalidade de coletar os meios financeiros para o transporte dos pastores que lhe eram cedidos por Sociedades Missionárias bem como por Igrejas Territoriais. Foram enviados pedidos a diversas sociedades para que auxiliassem com o pessoal ou com doações em dinheiro. A direção central da Associação-Gustavo-Adolfo, em Leipzig, imediatamente colocou quantia maior à disposição e, de muitos lugares, vieram respostas positivas. Mais tarde, no ano de 1881, o comitê brasileiro de Barmen uniu-se à Sociedade de Langenberg, que fora constituída em 1837 sob a denominação “Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte” e se que se propusera a prover as muitas centenas de milhares de alemães protestantes que haviam emigrado para os Estados Unidos da América do Norte, com pastores. As sociedades então unidas passaram a se designar de “Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América”! Conhecida pela abreviação Sociedade Evangélica de Barmen, trabalhou até a guerra principalmente para o Rio Grande do Sul, mas também para Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Chile. Desde a sua fundação, essa sociedade enviou aproximadamente (não posso dar o número exato) 94 pastores e 23 professores para nosso campo de trabalho e gastou com despesas de viagem, complementações salariais, auxílios para escolas e instituições aproximadamente 300.000 marcos, portanto cerca de 200 contos de réis. Também deve ser mencionado que por sua intervenção, principalmente a Casa de Missão de Basileia e de Berlim cederam missionários lá formados, bem como a “Sociedade para a Germanidade no Exterior”, especialmente o grupo local de Hamburgo, além da “Federação Evangélica” assumiram nosso trabalho (Rotermund, 1997, p. 261).

Para um envio sistemático de pastores, foi necessário fazer uma articulação para que estes pudessem ser enviados com os missionários para o Brasil. Fabri constituiu um comitê, que veio a se fundir com a Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América do Norte. Ao todo, a Sociedade Evangélica de Barmen, nome que ficou popularmente conhecida, enviou ao Brasil mais de 200 pastores e mais de 40 professores e professoras. A Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América seria um importante instrumento de apoio da germanidade no Rio Grande do Sul; ela também auxiliaria enviando pastores e materiais para todos os estados em que havia colônias alemãs. Além disso, acabaria se tornando uma intermediária entre o Estado alemão e, posteriormente, as igrejas da Alemanha para com as das colônias. Com isso, seria uma organização importante para o fomento da etnicidade, uma manifestação do nível analítico macro.

Auxílio para o Brasil

O auxílio da Sociedade Gustavo Adolfo para as comunidades brasileiras chegava por via direta ou indireta. A via indireta era que a Sociedade Gustavo Adolfo concedia auxílios ao Conselho Superior Eclesiástico ou à Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, para que fossem enviados pastores. Já a via direta, “pois algumas comunidades e seus

pastores recebiam auxílios para a suplementação de vencimentos ou para a compra de vasos sacros, etc. Também a pregação itinerante no Rio Grande do Sul foi possibilitada graças a auxílios da Sociedade” (Dreher, 2003, p. 74).

Outras instituições que auxiliaram as colônias alemãs no Brasil foram, segundo Martin Dreher,

A 14 de setembro de 1882, Hermann Borchard fundou uma “Conferência da Diáspora”, “para entabular relações com as comunidades evangélicas alemãs do exterior e com os pastores que nelas trabalham, possibilitando-lhes aquilo por que muitos deles anseiam: uma ligação com os círculos eclesiásticos da pátria alemã”. Em 1896, o Diretor Fabarius criou, em Witzhausen junto ao Werra, a “Sociedade Central Evangélica para colonos e emigrantes”. Com tal ato, pretendia “criar uma organização que, consequentemente, através da prestação de informações e de contínuos cuidados, viesse estabelecer nossos emigrantes em tais países em que as perspectivas fossem as mais favoráveis, não só do ponto de vista econômico e social, mas também do ponto de vista nacional-alemão e evangélico. Em 1898, a Sociedade enviou quatro caixas, contendo livros, para as comunidades no Brasil, e em 1900, o colaborador de Fabarius, Pastor Paul Aldinger, partiu para o Brasil. Em Santa Catarina, tentou fundar uma “escola colonial teuto-brasileira”. A “Sociedade Central Evangélica” estava completamente influenciada pelo movimento colonial alemão e pela ideia da “Alemanha maior”; sua ideologia motriz é o pangermanismo. Em 1894, ao que tudo indica, deve ter sido feita a tentativa de se fundar, sob os auspícios do Marechal de Campo von Bülow, em Gudow/Lauenburg, mais uma associação que deveria se dedicar aos luteranos alemães na América do Sul. Aparentemente fazia oposição à Associação das Caixas de Deus (Dreher, 2003, p. 75).

A Sociedade Central Evangélica era influenciada pela ideia pangermanista de uma “Alemanha maior”. Estas eram algumas das ações que visavam à promoção da etnicidade germânica por intermédio de políticas do Estado alemão.

Por outro lado, mesmo com estes investimentos iniciais, em 1892, o cônsul alemão de Porto Alegre constatou que: “Os alemães aqui nascidos não têm mais patriotismo alemão” (DREHER, 2003). No período pré-sinodal, a língua portuguesa estava adentrando em muitas comunidades. O uso do português não significava que os membros da comunidade estivessem se integrando na sociedade brasileira, visto que muitos ainda queriam manter um caráter germânico. Isto se mostrava ainda em casos como em 1914, quando os teuto-brasileiros designavam a expressão “nós e os brasileiros”, isto é, se categorizavam como diferentes dos demais brasileiros, constituindo uma etnicidade. Por isso, o investimento da Alemanha e das igrejas evangélicas tornou-se mais sistemático; com isso, o fomento da etnicidade foi se organizando melhor. Por outro lado, Dreher constata que,

Interessante é que o descendente de alemão faz questão de acentuar sua brasilidade frente aos alemães do Reino, vindos ao Brasil após a criação do Reino Alemão (1871) e que muitas vezes assumiam “ideias pangermanistas extremadas”, xingando tudo o que era brasileiro, o que, naturalmente, indispunha os descendentes de alemães que, em parte, já pertenciam à terceira geração (Dreher, 2003, p. 91).

Esse duplo pertencimento, de ser brasileiro, mas para os demais brasileiros se mostrar como diferente, assim como para os alemães se mostrar brasileiro, é o que constituiria o ser da etnicidade teuto-brasileira, que no final diferia da germanidade esperada pelos pangermanistas. Os alemães pangermanistas, com sua mentalidade colonialista (produto de sua época), esqueceram que os descendentes de imigrantes na América do Sul estavam inseridos em uma realidade dissemelhante da Alemanha; estes constituiriam uma etnicidade, mas distinta da esperada por aqueles.

Conselho Superior Eclesiástico

Foram enviados pastores pelo Conselho Superior Eclesiástico, e este concedeu auxílios financeiros para algumas congregações; no entanto, esse auxílio era feito a partir de uma coleta realizada de dois em dois anos. O Conselho Superior Eclesiástico dependia do auxílio da Sociedade Gustavo Adolfo para poder ajudar as comunidades evangélicas no exterior. Nos anos de 1898 e 1899, o auxílio totalizou 100.000 marcos. Em 1900, tal coleta chegou ao valor de 25.000 marcos. Martin Dreher descreve que, frente a tamanhas dificuldades, os arquivos do Conselho praticamente nada contêm acerca do Brasil entre os anos de 1871 a 1900 (Dreher, 2003).

O Conselho Superior Eclesiástico era um departamento da administração estatal prussiana; este dependia da política externa da Prússia. Com a unificação, a mudança nesta situação ocorre a partir de 1896, quando Guilherme II passa a dar atenção à “Alemanha maior” e o Império Alemão fomenta a sua política de germanidade. “Consequência desse fato é a promulgação da Lei Eclesiástica prussiana, de 7 de maio de 1900, ‘referente às comunidades eclesiais alemãs fora da Alemanha que estão filiadas à Igreja Territorial Evangélica das províncias mais antigas’” (DREHER, 2003, p. 74). Por intermédio desta lei, poderiam ser regulamentadas as relações entre os pastores e comunidades, criando laços de dependência para com a Alemanha, consequentemente articulando a promoção pangermanista da etnicidade. A vantagem que os pastores viam na lei eclesiástica era que lhes era assegurada uma aposentadoria. Tal lei é considerada o advento de uma fase totalmente nova, em que ocorre a articulação do protestantismo alemão para com as comunidades evangélicas de descendentes dos imigrantes alemães no Brasil. Com isso, agora o apoio não era só financeiro, material e pessoal, mas havia também a promoção da etnicidade articulada com a religiosidade.

Na obra *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*, consta que:

Pouco antes da virada do século, por ocasião da viagem do Imperador a Jerusalém, entraram para cá escritos do Conselho Superior da Igreja Evangélica, pelos quais se oferecia para as nossas comunidades a filiação à Igreja Provincial da Prússia. O pastor Pechmann, presidente do nosso Sínodo, recebeu a solicitação de viajar, em 1900, a Berlim, com a finalidade de tratar da questão. As negociações com as autoridades eclesiásticas chegaram ao desfecho desejado. Foram estabelecidas as regras para a filiação e, ao mesmo tempo, abriu-se a possibilidade de acesso dos pastores ao fundo de pensão. Já que os pastores que chegavam ao país podiam filiar-se à caixa da igreja da terra natal, garantindo, desta maneira, pela própria velhice e pelo futuro da família, rarearam os novos reforços para a “Caixa de Pensão para Pastores”, aqui fundada em 1887 (Amstad, 2005, p. 541).

Com exceção das comunidades do Sínodo Luterano Caixa de Deus, muitas comunidades fizeram uso da filiação (Dreher, 2003) garantida pela Lei Eclesiástica prussiana de 7 de maio de 1900. Após a Lei, as relações do Conselho Superior Eclesiástico com as comunidades evangélicas de descendentes de alemães no Brasil tiveram significativas mudanças. A Lei e a filiação das comunidades à Igreja da Prússia acabavam com a autonomia até então das igrejas nas colônias, fazendo-as subordinadas ao Conselho Superior Eclesiástico. A Igreja da Prússia era um órgão público do Estado Prussiano, cujo rei era imperador e também supremo Bispo da Igreja Territorial. Assim, a promoção da lei poderia ter como pano de fundo o fomento da *Deutschtum* e a subsequente criação de um mercado consumidor dos produtos alemães.

A fundação da Federação Evangélica Alemã de Igrejas, em 1922, também possibilitou a filiação das assim chamadas Igrejas alemãs do exterior. Dreher descreve que a regulamentação ocorreu em 17 de junho de 1924 com uma Lei da Federação de Igrejas relativa à filiação de Comunhões Eclesiásticas, Comunidades e Pastores evangélicos alemães fora da Alemanha à

Federação de Igrejas (DREHER, 2003). A transferência da assistência às comunidades brasileiras, até então provenientes do Conselho Superior Eclesiástico, para a Federação Evangélica Alemã de Igrejas deveu-se aos esforços do relator de assuntos brasileiros, Hermann Kapler, que de 1925 a 1933 veio a ser presidente do Conselho Superior Eclesiástico. Este convocou as comunidades e pastores a se filiarem à Federação de Igrejas. Tal pedido foi fundamentado com o fato de que eles encontrariam, na nova filiação, a mesma assistência que lhes fora prestada pela Igreja Territorial (Dreher, 2003). Em um primeiro momento, o Sínodo Riograndense foi o único dos sínodos brasileiros a fazer uso da oferta.

Paulatinamente, quantias foram destinadas ao Brasil, seja para a ajuda financeira de escolas ou igrejas, com o envio de livros didáticos⁸ e eclesiásticos, assim como de professores e pastores. Anualmente era destinada uma verba regular do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores para o Brasil. Em 1902, 56 escolas recebiam um total de 42.068 marcos (DREHER, 2003); cabe salientar que as escolas mais favorecidas eram localizadas em Santa Catarina, mas esta não foi a região em que mais proliferou a promoção da etnicidade, pois faltava um elemento importante: atores engajados na promoção da etnicidade e organizações comunitárias aptas a isso, o que ocorreria no Rio Grande do Sul com o Sínodo Riograndense. Não havia apenas este fundo escolar, mas também outro fundo à disposição para auxiliar as escolas e professores. Em 1905, tais fundos eram constituídos de 15.000 marcos (Dreher, *op. cit.*). Neste ano, o Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores enviou 60.000 marcos ao Brasil. O Ministério de Relações Exteriores financiou um livro de leitura alemão para escolas no Brasil, publicado em 1906; sua 1ª edição com 10.000 exemplares e que teve até 1914 mais quatro edições. Este livro foi elaborado tendo como referências a vida na Alemanha, assim como lendas alemãs e a vida do imperador alemão (Dreher, 2003). Essa ação tinha como estratégia fazer com que a escola étnica impedisse o desaparecimento da cultura alemã e, com isso, evitasse uma possível “miscigenação” com o Brasil. No início do século, “as visitas de navios alemães tornam-se algo corriqueiro no Brasil. Via-se nesse fato um meio evidente de preservação da germanidade. As tripulações visitavam povoações germânicas para despertar o orgulho dos descendentes teutos pela Alemanha” (Dreher, 2003, p. 44). Neste contexto, o Sínodo Riograndense discutiu, no ano de 1892, a criação de um Seminário para professores e pregadores;

o cônsul alemão escreveu ao Ministério de Relações Exteriores: “Uma das aspirações prediletas de Rotermund é a criação de um Seminário de Pregadores em São Leopoldo. Em minha opinião, no entanto, esse fato significaria um duro revés para a germanidade dessas bandas. Os alemães aqui nascidos não têm mais patriotismo alemão; pastores nascidos, educados e formados aqui, conseqüentemente, nada podem contribuir para a preservação da germanidade dessas bandas”. O relatório enviado pelo Ministério das Relações Exteriores ao Conselho Superior Eclesiástico foi arquivado. O mesmo aconteceu com um relatório do cônsul alemão de Porto Alegre, que, em 1921, se pronunciou contra o fato de que a “nascente Igreja teuto-evangélica no Brasil devesse se tornar completamente brasileira em ‘questões políticas’” e opinou que não se poderia concordar com essa situação “nem do ponto de vista político, nem do ponto de vista cultural dos interesses eclesiásticos” (Dreher, 2003, p. 203).

Portanto, percebe-se que quatro anos antes da promulgação da Lei Eclesiástica de 1900, em 1896, Guilherme II já havia expressado o seu interesse pela Alemanha maior. “Em 1897, o Sínodo Geral Prussiano acolhia a lei que viria a ser publicada em 1900. É óbvio que essa lei está

⁸ FISCHER, 1967, documento 3.

relacionada com a política de preservação de germanidade do Reino Alemão” (DREHER, 2003, p. 201). Dreher enfatiza que essa suposição é fortalecida pelo memorando do Sínodo Geral Prussiano de 1903, o qual trata da filiação das comunidades no exterior, especificamente do Rio Grande do Sul.

Aqui se evidencia o papel decisivo que desempenhava a ideia da preservação da germanidade: “A filiação à Igreja da pátria é justamente agora muito mais significativa para as comunidades do Rio Grande do Sul, que em sua quase totalidade pouco conseguem fazer para seu sustento, pois o Sínodo luterano de Missouri, da América do Norte, está desenvolvendo desde há algum tempo grande atividade para apoderar-se da germanidade evangélica no Sul do Brasil e, nesse sentido, em virtude dos recursos financeiros excepcionalmente ricos, já obteve alguns êxitos. Com o Sínodo Missouri se coloca em franca oposição à Igreja Evangélica Alemã e, como, apesar do aparente caráter germânico, é movido por um outro espírito, essencialmente diferente do alemão, uma maior penetração de sua parte não só poria em perigo a ligação dos alemães evangélicos no Sul do Brasil com a Igreja da pátria, mas também a etnia alemã que lá se encontra. Por isso, o Conselho Superior Eclesiástico já contemplou as comunidades rio-grandenses e o Sínodo – esse último através de uma contribuição anual para a promoção da pregação itinerante – com auxílio material” (Dreher, 2003, p. 201).

Neste período, houve uma expansão dos sínodos evangélicos no país, proveniente do ingresso de mais pastores da Europa. Também, devido à necessidade de prover subsídios aos pastores ou até mesmo caso estes se aposentassem, levou um crescente número de comunidades a se filiarem à Igreja Evangélica Territorial da Prússia (Dreher, 2014b), valendo-se da lei de 1900. Portanto, no que tange ao amparo à germanidade, a Sociedade Gustavo Adolfo do Rio Grande do Sul foi deveras importante;

a Sociedade realizou até agora muito em favor do fomento e do amparo à germanidade em nosso país e para o futuro lhe caberá dar muito mais ainda. De momento, a Sociedade está se preparando para organizar um depósito de bíblias para as nossas comunidades (Amstad, 2005, p. 548).

A expansão territorial também significou crise, pois em 1901 dividiu-se o Sínodo Riograndense em “dois distritos, acrescidos de um terceiro em 1906. De fato, existiam agora três sínodos. Enquanto as comunidades se filiavam à Igreja Territorial da Prússia, os sínodos viam ser valorizada sua função” (Dreher, 2014a, p. 136). Em 1909, o Concílio Geral dos três sínodos reuniu-se em Porto Alegre e retornou ao sistema antigo, tendo apenas um presidente, cargo para o qual se elegeu Wilhelm Rotermund. Devido às tensões por essa escolha, a Igreja Territorial da Prússia enviou, em 1910, o superintendente geral da Westfália, Wilhelm Zoellner, como mediador. Zoellner sugeriu a divisão do sínodo em Distritos sem autonomia própria. No ano seguinte, em 1911, nomeou-se um Representante Permanente (“Ständiger Vertreter”) no Brasil, com o título de “Prepósito” (*Propst*) (Dreher, 2003). Ele tinha a função de “instância intermediária entre a Direção da Igreja Territorial da Prússia e as comunidades no Brasil. O sínodo estava preservado, mas a instituição surgida no país dependia de instância estrangeira” (Dreher, 2014a, p. 136). Ainda em 1911, o Conselho Superior Eclesiástico de Berlim criava um Seminário para o Estrangeiro, que tinha como função a formação de um colégio pastoral para as comunidades brasileiras. E com isso, tentar constituir uma unidade teológica, mas também ideológica, na promoção da germanidade.

O período da Primeira Guerra Mundial

Durante a Primeira Guerra Mundial, quando o Reino Alemão declarou guerra à França, houve entusiasmo entre os teutos no Brasil. Reservistas apresentaram-se aos consulados, entre aqueles, pastores. Esperava-se que a Alemanha fosse vitoriosa: “o desenrolar dos acontecimentos na Europa levou a que, no Brasil, fossem feitas demonstrações públicas em favor da Entente, que provocaram saques e levaram a excessos da população contra alemães e descendentes de alemães” (Dreher, 2003, p. 45). Quando foi proclamada a Primeira Guerra Mundial, “as declarações de guerra contra a Alemanha desabaram então como uma geada em noite de primavera, como uma tempestade devastadora. Também o nosso país foi, sem demora, arrastado pelo turbilhão” (Amstad, 2005, p. 546). O período da Primeira Guerra Mundial foi um momento crucial, pois é neste contexto que a Alemanha rompeu as relações comerciais com os Estados Unidos, até então seu principal parceiro econômico, e o Brasil veio a se tornar o principal parceiro econômico da Alemanha (Gertz, 2008), até 1917, quando ambos os países romperam as relações diplomáticas. Neste período, surgiu uma desconfiança por parte do Governo brasileiro em torno das colônias alemãs (Beltramin Fabris, 2014), e houve casos de perseguição e deprecação em lojas de teuto-brasileiros.

A relação diplomática entre o Brasil e a Alemanha foi prejudicada após 1917 com o torpedeamento do navio brasileiro *Paraná*, em 4 de abril de 1917. Após mais dois navios serem torpedeados, em 25 de outubro, ocorreu a declaração de guerra. Dois dias depois, o Ministério do Interior do Brasil enviou um decreto aos governadores dos estados onde havia população teuta. As instruções proibiam a circulação de jornais em língua alemã e “ordenavam o fechamento das escolas nas quais não era ministrado o ensino da língua portuguesa. Finalmente, foi proclamado o estado de sítio nos Estados do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo e do Distrito Federal” (Dreher, 2003, p. 46), em 17 de novembro, quando ocorreu o torpedeamento de mais navios brasileiros. Entre os protestantes alemães que emigraram para o Brasil e seus descendentes, a língua alemã foi por muito tempo a língua utilizada no cotidiano pela população nas colônias alemãs (Dreher, 2003); e, com a proibição do uso da língua, isso traria problemas para a população teuto-brasileira acostumada a usar o alemão não apenas no culto, mas na vida diária. Rotermond seria um importante ator que intermediaria esta questão, conforme será descrito em seguida.

Com o término da Primeira Guerra Mundial, o Conselho Superior Eclesiástico foi confrontado com um novo desenvolvimento no Brasil. A consciência da germanidade parecia estar desaparecendo das congregações. Frente a essa situação, as autoridades eclesásticas alemãs indagaram se os auxílios de ordem espiritual e financeira deveriam ser mantidos, apesar da mudança das condições. Tentando auxiliar neste dilema, Martin Braunschweig formulou o relatório intitulado “O futuro da Igreja Evangélica Alemã e da escola alemã no Brasil”. Braunschweig concluiu que, com a guerra, havia chegado ao fim a atividade da Igreja Alemã no exterior. Em sua opinião, a Igreja Evangélica Alemã, dali em diante, “teria também menores oportunidades de realizar algo em sentido étnico; deveria limitar sua atividade sempre mais aos assuntos religiosos, ao aprofundamento e à interiorização da fé” (Dreher, 2003, p. 203).

Preservação da germanidade ultramar

No entanto, o cuidado pela preservação da germanidade permaneceu sendo preocupação em setores da Junta de Igrejas, de modo semelhante ao que ocorria outrora com o Conselho Superior Eclesiástico. Em *Fundamentação relativa à lei da Federação de Igrejas*, concer-

nente à filiação de comunhões eclesíásticas, comunidades e pastores fora da Alemanha à Federação de Igrejas, que foi apresentada no Dia da Igreja, realizado em Bethel, em 1924 (DREHER, 2003), há a proclamação de que:

“por razões eclesíásticas e nacionais”, procurou-se definir o que se deveria entender sob “caráter teuto” de uma comunidade: “Pressuposição para o caráter teuto de uma comunidade é que ela seja composta essencialmente por membros cuja língua materna é o alemão, e que os cultos e os ofícios sejam realizados, via de regra, em língua alemã”. Por ocasião do Dia da Igreja em Nürnberg, em 1930, Kapler afirmou que a tarefa precípua dos pastores seria a de serem, “em primeiro lugar e acima de tudo”, portadores da pregação; além disso, exigiu deles que fossem, no exterior, representantes do protestantismo alemão e da germanidade. O aspecto fundamental da preservação da germanidade nas atividades da Federação de Igrejas já se evidenciou quando tratamos das negociações em torno da filiação do Sínodo Luterano (Dreher, 2003, p. 205).

Durante a República de Weimar (1918-1933), a atuação do Estado alemão em promoção da germanidade deixou de existir, ao menos como uma política de forma aberta, e o debate que tratava da questão dos alemães nas colônias tornou-se secundário. As iniciativas de entidades como a Sociedade Evangélica e a Associação Geral de Escolas Alemãs para a Preservação da Germanidade no Exterior permaneceriam como as principais agências fomentadoras da germanidade em solo estrangeiro. Com o fim da ação direta do Estado alemão, as iniciativas privadas passaram a se mobilizar para essa finalidade. As igrejas e escolas se tornaram os principais instrumentos de divulgação da germanidade em solo brasileiro, sendo intensificadas cada vez mais até o seu apogeu nos anos 30 do século XX, quando uma parceria entre Igreja e Estado alemão voltou a ocorrer com a ascensão do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Neste novo período, a germanidade apresentou-se com mais vigor que antes, tanto na vida cotidiana dos colonos quanto por parte de pregadores. Mas essa manifestação só foi possível devido a eventos anteriores, os quais são apresentados nesta tese e que fomentaram a produção deste “novo” ideal.

Aproximando-se do centenário da imigração alemã, re floresceu um sentimento étnico na população teuto-brasileira; um belo exemplo disso é a obra *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul*. A reflexão em torno das tradições peculiares, motivada pelas comemorações, contribuiu para que a “questão em torno do lugar teológico do conceito de nacionalidade fosse novamente formulada. Essa questão passa a ter uma importância central no sínodo. No centro das discussões está Hermann Dohms” (Dreher, 2003, p. 101), isto é, uma nova articulação da etnicidade. Também deve-se destacar que, no período após o término da Primeira Guerra Mundial, emigraram para o Brasil novos imigrantes alemães, e estes estavam inseridos em um outro debate pangermanista. Estes novos imigrantes, muitas vezes, entrariam em conflito com os teuto-brasileiros estabelecidos; contudo, outros grupos se articulavam⁹. É Dohms quem determina o desenvolvimento futuro do Sínodo Riograndense, mas também dos outros sínodos. Dohms procurou concretizar um programa resumido no nome: *Deutsche Evangelische Kirche von Rio Grande do Sul* (Igreja Evangélica de Rito Alemão do Rio Grande do Sul). “Esse programa visa a uma Igreja alemã. Isso significa duas coisas: seguindo ritual alemão, essa Igreja deve ser Igreja de bases populares alemãs ou Igreja do grupo étnico germânico” (Dreher, 2003, p. 101). Uma igreja evangélica para Dohms significa luterana. Iniciava-se assim um novo capítulo da relação entre Igreja Luterana e germanidade, que esta tese não aborda, mas que levaria

⁹ Pois como em todos os grupos sociais, nunca há uma uniformidade idealista, mas sim indivíduos com pensamentos distintos.

à máxima a frase de Wilhelm Rotermund, já citada: *“Kirche und Deutschtum sind auf Leben und Tod miteinander verbunden”*¹⁰.

Cabe por fim destacar que os pastores não eram unânimes na questão do relacionamento entre igreja e germanidade. Enquanto os missionários preocupavam-se mais com a pregação e evangelismo, entre os pastores de formação acadêmica encontravam-se as mais “expressas simpatias com relação à política de preservação de germanidade e de expansão do segundo Reino Alemão. Viam, nas ‘povoações no exterior’, ‘bases para as expansões comerciais e ascensionais de nosso povo” (Dreher, 2003, p. 93). Eram especialmente estes pastores com formação acadêmica, inseridos no debate pangermanista, que viam a relação intrínseca entre germanidade e Igreja Evangélica.

A preocupação pela preservação da germanidade não se expressava apenas nas publicações dos pastores acadêmicos, mas também em suas pregações. Os “cultos em honra ao Imperador” (“Kaiser-Gottesdienste”) ofereciam ocasião para tais pregações, sendo celebrados na data do nascimento, do jubileu de governo ou da morte do Imperador. Aqui encontramos aquela teologia da corte que, na Alemanha após 1871, apresentava germanidade, monarquia e cristianismo da Reforma como imagem ideal da unidade alemã. Os envolvidos parecem não ter desconfiado de que tais celebrações estavam completamente fora de contexto em terras brasileiras (Dreher, 2003, p. 93).

Considerações finais

Este artigo buscou analisar a dimensão macro da etnicidade, isto é, as políticas promovidas pelo Estado Alemão e as instituições eclesiásticas evangélicas alemãs para com os imigrantes alemães no Sul do Brasil e seus descendentes. Questão esta que corroborou para que algumas instituições alemãs demonstrassem interesse em enviar auxílios ao Brasil e, conseqüentemente, no fomento e manutenção da kultur alemã. E, com isso, patrocinar a constituição de um espírito patriótico germânico em terras estrangeiras, para formar um mercado consumidor externo para a indústria alemã em formação. Como os alemães nos Estados Unidos já estavam assimilados, perceberam nos colonos do Sul do Brasil um possível alvo para a constituição de tal mercado e o espaço para o fomento da germanidade em solo brasileiro. Mas este investimento não se deu repentinamente; ele foi sendo desenvolvido ao longo dos anos, desde os debates iniciais nas décadas de 1850 até o envio de pastores na década seguinte, culminando em um aumento após a queda de Bismarck em 1890 e o apogeu após a Lei Eclesiástica de 1900. É a partir da atuação de políticas do Estado alemão e de instituições eclesiásticas alemãs que a promoção da germanidade tornou-se mais presente nas colônias, sendo os pastores e professores alemães com formação acadêmica e inseridos no debate do pangermanismo os principais atores desse fomento. Primeiro o Estado alemão e depois as igrejas evangélicas alemãs buscaram constituir no discurso público o fomento da etnicidade entre os colonos – sendo essa a articulação do nível macro. Com o término da Primeira Guerra Mundial, as igrejas e escolas étnicas tornaram-se as instituições centrais para a promoção desta germanidade.

¹⁰ Igreja e Germanidade estão ligados na vida e na morte, tradução nossa.

Bibliografia

- ALEMANHA. *Lei da Emigração de 9 de junho de 1897*. Disponível em: https://de.wikisource.org/wiki/Gesetz_%C3%BCber_das_Auswanderungswesen. Acesso em: 30 maio 2019.
- ALVES, Eliane Bisan. *Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob vigilância do DEOPS (1930-1945)*, São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.
- AMSTAD, Theodor. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. Título no original: *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul*. Original editado pelo “Verband Deutscher Vereine”. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.
- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAHIA, Joana. “O Perigo Alemão”: breve análise de um conflito étnico. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n.98, 2002.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011.
- _____. Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In: VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (org.). *Antropologia da etnicidade*. Para além de “Ethnic Groups and Boundaries”. Lisboa, Fim de século, 2003.
- BELTRAMIN FABRIS, Pamela. “Nós, os selvagens, não reverenciamos os símbolos kaiserianos”: conflitos em torno de uma identidade germânica em Curitiba (1890 -1918). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014, 253p.
- BIEHL, João Guilherme. A Guerra dos imigrantes: o espírito alemão e o estranho Mucker no Sul do Brasil. IN: SOUSA, Edson L. A. de. *Colonização e Psicanálise*, Porto Alegre, Artes e Ofício, p. 148-168, 1999.
- BOBSIN, Oneide. Luteranos – migração, urbanização e proletarização. Observações introdutórias a partir de um estudo de caso. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 29, n. 2, p. 207-227, 1989.
- BORGES PEREIRA, João Baptista. Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, set./dez., 1994.
- CAVALCANTI CUNHA, Maria Jandyra; GURAN, Milton; HASSE, Geraldo; MENEZES, Frederico Lucena de. STEVENS, Cristina Maria Teixeira. *Migração e Identidade: olhares sobre o tema*. São Paulo, Centauro, 2007.
- CORDEIRO FREIRE, Janaína. *Identidade e exílio em terra estrangeira*. São Paulo, Annablume, 2009.
- DREHER, Martin Norberto. *Wilhelm Rotermund: seu tempo – suas obras*. São Leopoldo, Oikos, 2014a.
- _____. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014b.
- _____. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

ENNES, Marcelo Alario. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: UNESP, 2001.

FABRI, Friedrich. *Bedarf Deutschland der Kolonien*. Gotha: Friedrich, Andreas, Berthes, 1879.

FENTON, Steve. *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FISCHER, Joachim. *Dokumente zur Geschichte der Riograndenser Synode*. 1. Teil. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 7, n.1, p. 94 - 110, 1967.

FRITZEN, Maristela Pereira; EWALD, Luana. "Aqui somos protegidos pelas nossas quatro paredes. Aqui nós falamos alemão": histórias de letramentos interculturais no Vale do Itajaí, SC. *Trabalhos em linguística aplicada*, Campinas, n. 52, v. 2, p. 239-258, jul./dez. 2013.

FUNKE, Alfred. *Die Besiedlung des östlichen Südamerika mit besonderer Berücksichtigung des Deutschtums*. Gebauer-Schwetschke, Halle, 1902.

GERTZ, René Ernaini. Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. *Licencia&Acturas*, Ivoti, v. 3, n. 2, p. 15 - 25, jun./dez. 2015.

_____. De Otto Von Bismarck a Angela Merkel: Do "perigo alemão" ao "neonazismo" no Brasil. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 58, p. 89 - 112, jan/jun. 2013.

_____. Brasil e Alemanha: os brasileiros de origem alemã na construção de uma parceria histórica. *Textos de História*, Brasília, v. 16, n. 2, 2008.

GROSSELI, Renzo M. *Colônias Imperiais na Terra do Café, Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo 1874-1900*. Coleção Canaã, Volume 6. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Vitória, 2008.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Espiritualidade, processos e práticas sociais – um estudo sobre luteranismo confessional no Brasil. *Correlatio*, São Paulo, n. 7, maio, 2005.

MELLO, Marcelo Pereira de. *Imigração e Fluência Cultural: dispositivos cognitivos da comunicação entre culturas legais*. Curitiba: Juruá, 2012.

MOMBACH, Clarissa. O governo Vargas e suas implicações na produção literária teuto-brasileira. *Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 10, set, 2012.

RADÜNZ, Roberto. A relação entre o luteranismo oitocentista e o processo de colonização no Rio Grande do Sul: os estatutos como documento. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. O BRASIL NO SUL: CRUZANDO FRONTEIRAS ENTRE O REGIONAL E O NACIONAL, 10, Santa Maria. *Anais*, 2010.

ROTERMUND, Wilhelm. *Os dois vizinhos e outros textos*. Porto Alegre: Edições EST, 1997.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. Imigrantes alemães e o Brasil Caboclo: memória, identidade e política Nacional no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 25, *Anais* [...]. Fortaleza: ANPUH, 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1341-1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA ALVES, Fernando Antonio da. Pelo caminho do avivamento ou pela manutenção de seu *ethos* germânico: os caminhos da unidade para a IECLB. *Protestantismo em revista*, São Leopoldo, n. 20, set./dez. 2009.

SIMMEL, Georg. *Religião: ensaios* – volume 1/2. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

_____. *Religião: ensaios* – volume 2/2. São Paulo: Olho d'Água, 2011.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Luteranos de Londrina (PR) e Germanidade: interpretações sociológicas sobre a composição religiosa brasileira do início século XXI. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2013, Iratii, PR. *Anais [...]*. Iratii, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

VILAÇA, Helena. *Imigração, etnicidade e religião: o papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da Europa do Leste*. Lisboa: Estudos Observatório da Imigração, 2008.

VOGT, Olgário Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XX. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 225 - 258, dez. 2007.

WIRTH, Lauri Emilio. Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 38, n. 2, p. 156-172, 1998.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã*. Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2015.

WITT, Osmar Luiz. *Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

_____. Presença do Sínodo Riograndense entre populações não-germanicas – aspectos históricos. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 34, n. 2, p. 150 - 158, 1994.